

## **ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO DIA 19 DE FEVEREIRO DE 2009**

---Aos dezanove dias do mês de Fevereiro de dois mil e nove, pelas 21H15M, reuniu a Assembleia Municipal de Azambuja, no Auditório Municipal do Páteo do Valverde em Azambuja, com seguinte Ordem do Dia. -----

### **ORDEM DO DIA**

- PONTO 1** – Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal
- PONTO 2** – Nomeação de Elemento para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM do Concelho de Azambuja
- PONTO 3** – Proposta nº 103/P/2008 – Declaração de Interesse Público Municipal de Construção de Via entre Vila Nova da Rainha e Casais de Baixo
- PONTO 4** – Proposta nº 104/P/2008 – Declaração de Interesse Público Municipal de Projecto de Regularização da Ribeira de Aveiras
- PONTO 5** – Proposta nº 105/P/2008 – Declaração de Interesse Público Municipal de Projecto de Construção de Lar e Centro de Dia e Edifícios de Apoio
- PONTO 6** – Proposta nº 07/P/2009 – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e das Taxas e Compensações – Projecto de Alteração
- PONTO 7** – Proposta nº 1/VP.LS/2009 – Atribuição de Apoio Financeiro (Isenção de Pagamento e Ramal de Água) à Fábrica da Igreja Paroquial de Azambuja

--- Presidiu à Mesa o seu Presidente, Senhor António Pratas Cardoso, e secretariaram a reunião o primeiro e segundo Secretários, Sr. Rui Augusto Nabais e a Sr.ª D. Maria de Fátima Duarte Alves de Brito Martins. -----

---Encontravam-se presentes os Deputados Municipais senhores António Batista Marques, António Luís Lavado dos Reis, António José Rodrigues, Pedro João Simões Cardoso, Francisco António Galvão Morgado, Helena Isabel Silva Mata, Herculano Valada Martins, Manuel Colaço Dias, João Manuel Couchinho, Joaquim Luís da Silva Borda D' Água, Joaquim Marques de Jesus Oliveira, José Joaquim Brás dos Santos, José Luís Marques dos Santos, Justino Cláudio de Oliveira, Lúcio Manuel Cardador Costa, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Luís Manuel Leandro da Silva, Manuel da Silva Simões Ramos, Maria Camila Agostinho Botão Mirradinho, Maria da Conceição Pinto Maurício de Sousa, Maria Manuela Leandro Firmino, Nuno Miguel Brás Monteiro Gonçalves, Rafael Ramos dos Santos, Rodrigo Valada Pimentel, Silvino José da Silva Lúcio e Telmo Bruno de Carvalho Fernandes. -----

---Em representação da Câmara Municipal estiveram presentes os Senhores Joaquim António Sousa Neves Ramos, Presidente, Luís Manuel Abreu de Sousa, Vice-Presidente, José Manuel Isidoro Pratas, Marco António Leal Pereira, António José Mateus de Matos e António José Costa da Cruz, Vereadores. --

--- O Sr. Presidente da Assembleia Municipal interveio para saudar todos os presentes e para informar da substituição dos Senhores Deputados Luís Eduardo Salvaterra da Silva, António Montez Amaral e Hugo José J. R. Felizardo Caldeira pelos Srs., respectivamente, Francisco Alberto dos Santos Jerónimo, Pedro João Simões Cardoso e Manuel Colaço Dias. -----

Mais informou de estar constituída a Mesa, haver “quórum” e que, assim sendo, ia dar início aos trabalhos. Referiu ainda que por se tratar de uma reunião ordinária haveria dois períodos antes da ordem do dia, um para o Público e outro para os Senhores Deputados. -----

## ANTES DA ORDEM DO DIA

---- O Sr. Presidente da Mesa perguntou, então, se havia no público quem quisesse intervir. -----

---- Interveio a Sra. D. Eva Pires, representante da Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Azambuja com Jardim de Infância, para transmitir, em documento escrito e que leu em voz alta, a preocupação dos pais com a insegurança que se está a viver na EBI de Azambuja por via dos desacatos da Quinta da Mina. Disse terem já enviado um mail ao Coordenador da Segurança da DREL, uma carta à Câmara Municipal de Azambuja e à GNR a expor a situação e a solicitar a intervenção das entidades competentes, aos quais ainda não obtiveram resposta. Apenas os Senhores Vereadores informaram, verbalmente, que o assunto tinha seguido para o Ministério Público. Também, particularmente, um membro da Associação entrou em contacto telefónico com o Coordenador de Segurança da DREL, tendo este dito que iria proceder ao acompanhamento deste assunto junto das autoridades, mas que a Câmara Municipal tinha poder para exigir, junto da Segurança Social, o cumprimento de certos requisitos se as pessoas em causa recebessem o rendimento social de inserção. Fizeram nova carta à Câmara propondo a alteração da localização da portaria da escola, afim de evitar a proximidade do prédio onde residem as famílias problemáticas e donde são lançados todo o tipo de objectos para a via pública. -----

Embora sabendo que tudo leva o seu tempo, quiseram manifestar aos Senhores Deputados Municipais esta preocupação, sobre a segurança das crianças e, quando os que trabalham fazem os seus descontos, estes senhores que moram em num bairro social, com todas as benesses não estimando o que lhes é dado e, ainda por cima, causando distúrbios no meio onde estão inseridos, colocando em perigo os alunos e as pessoas que ali trabalham, bem como os restantes moradores do bairro. -----

Deixou à consideração duas questões que se transcrevem: -----

*“Quanto vale a segurança dos nossos filhos, dos vossos netos, dos vossos familiares que frequentam aquele estabelecimento de ensino? Quem paga a dor e a quem vamos pedir responsabilidades se perdermos alguém na sequência de um acidente mais grave do género?” -----*

A Associação de Pais deixou ainda à consideração as seguintes propostas: -----

*“---- O realojamento daquelas famílias noutra local e proceder ao afastamento dos limites da escola ao prédio. Solicitar à Segurança Social a verificação se estão a ser cumpridos os requisitos exigidos para que possam usufruir do rendimento social de inserção. Exigir a estas famílias que respeitem, se querem ser respeitados. Proceder, talvez, a um acompanhamento mais cuidado pelos Serviços de Acção Social. Uma maior vigilância policial, quer pela Escola Segura, quer por elementos da patrulha normal e, se possível, por agentes que não sejam deste posto. Alterar a entrada da Escola o mais rápido possível, a fim de prevenir situações menos agradáveis, que possamos vir a lamentar.” -----*

A terminar a sua intervenção a D. Eva Pires relatou alguns incidentes verificados nos últimos três dias. ----

---- Interveio também o Sr. Fernando Coração, munícipe, para mostrar a sua solidariedade com o que foi referido na intervenção anterior. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a Câmara tem seguido e conhece ao pormenor todo o conjunto de situações que foram aqui descritas. Rejeita, no entanto, que se diga que nada foi feito, na medida em que a própria Associação de Pais sabe que muitas coisas foram já feitas. O Sr. Presidente acrescentou que no dia 1 de Janeiro o Sr. Vereador José Manuel Pratas tomou conta da situação no local. Foram também Vereadores da Câmara que recolheram os invólucros das balas, os azulejos partidos e promoveram reuniões com o Comando Geral da GNR, tendo ido também ao Ministério Público do Cartaxo no sentido de levantar processos às pessoas que entretanto tinham sido identificadas como autoras deste tipo de atitudes. Houve também reuniões com os Comandos da GNR Local, Azambuja, com a Senhora Tenente Comandante do Destacamento de Alenquer e com o Comando Territorial. Para dar mais força ao conjunto de reivindicações já feitas pela Câmara, o Sr. Presidente sugeriu que a Associação de Pais organizasse um abaixo-assinado de forma a que, com uma maior legitimidade, a Câmara possa transmitir às forças da segurança aquilo que são de facto as reais preocupações dos pais dos alunos daquela escola. -----

O Sr. Presidente referiu também ter recebido a proposta da Associação de Pais tendo em vista alterações físicas à própria movimentação dos jovens na escola e, nesse sentido, o Sr. Vereador Marco Leal já reuniu com Escola tendo acertados todos esses pormenores. Foram também dadas indicações ao Serviço de Obras da Câmara para fazer esse conjunto de intervenções físicas, que se resumem a mudar a portaria e a entrada para uma zona mais afastada do bairro, encurtar mais um pouco o pátio no que diz respeito à proximidade do prédio e construir uma barreira física mais eficiente entre a cerca da escola e o prédio do bairro social. Acrescentou também de já estar concluído o projecto, de estarem estabelecidos os contactos com os elementos dessa família, que tem causado maiores perturbações, no sentido de se lançar concurso para saírem do bairro da Mina. -----

--- Interveio o Sr. António Pires, munícipe, para perguntar a todos os Grupos representados na Assembleia o que pensam da gravidade desta situação e das consequências que a mesma trás. -----  
Aproveitou também para elogiar a Câmara pela elaboração da agenda “ A evolução é natural”, tendo, no entanto, alertado mas algumas imprecisões. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer que a Escola Segura é um programa da GNR e a única participação da Câmara foi dar à GNR um carro da Escola Segura, não tendo controle sobre a actividade daquela força policial. Frisou ainda que este carro se destina à Escola Segura de todo o Concelho. -----

--- Pediu também a palavra o Sr. Vítor Teixeira, munícipe, para perguntar quais as respostas que a Câmara obteve das reuniões havidas com os diversos Comandos da Forças Policias. -----

--- A pedido do Sr. Presidente da Câmara, interveio o Sr. Vereador Marco Leal para prestar este esclarecimento. O Sr. Vereador começou por dar uma breve explicação de toda a actuação da Câmara nesta matéria. Depois, referiu que este em todas as reuniões em que participou o que lhe foi transmitido é de que não havia queixas nem à GNR nem ao Ministério Público, sendo que esta é uma questão de cidadania e tem de ter também a participação dos pais. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para dizer que a política de integração e de acompanhamento de pessoas nestes casos não está a dar bons resultados, pelo que tem de se alterada. -----

--- Pediu também a palavra o Sr. Deputado João Couchinho para dizer que um grupo de moradores da zona da Socasa já tinha, na reunião da Assembleia de Dezembro, levantado esta preocupação, tendo havido algumas respostas da Câmara. Da troca de palavras entre os membros do público e a Câmara, o que o Senhor Deputado disse ter tido a sensação de estar a viver num país onde a GNR tinha medo dos ciganos, tendo alertado acontecimentos como os da Amadora. Sobre o abaixo-assinado disse que a CDU apoia esta iniciativa mas a população da Freguesia de Azambuja deve preparar-se e cortar a linha do comboio até haver reforço da GNR. -----

--- Interveio o Sr. Deputado Lúcio Costa para felicitar a Escola Segura pelo trabalho desenvolvido no apoio aos idosos. Aproveitou também para manifestar o apoio da Freguesia de Vila Nova de S. Pedro para com a Associação de Pais do Agrupamento de Escolas de Azambuja. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para dar por encerrado este período, tendo, de seguida, dado a palavra aos Senhores Deputados Municipais. -----

--- O Sr. Deputado Luís Leandro pediu a palavra para perguntar pelas respostas aos seus requerimentos e também a um fax dirigido ao Sr. Presidente da Assembleia sobre nulidade de deliberações da Assembleia. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para informar de estar de posse de dois requerimentos. A resposta a um deles está pronta para ser distribuído e outro, que tem a ver com as deliberações da EMIA, é matéria jurídica, foi remetida ao consultor jurídico que, devido a um acidente, esteve impossibilitado durante cerca de um mês de analisar os assuntos. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia esclareceu também que para responder ao Sr. Deputado Municipal necessita de ter um parecer técnico sobre o teor do fax que lhe foi dirigido. -----

--- O Sr. Deputado Luís Leandro interveio novamente insistindo numa resposta do Sr. Presidente da Assembleia ao fax, na medida em que, segundo referiu, estiveram a deliberar sobre um assunto do qual não possuíam os dados necessários para o fazer, ou seja, pretendiam ter os documentos relativos aos

terrenos que estavam a avaliar. Entretanto, veio a constatar-se que estiveram a deliberar sobre terrenos que não eram do Município. Mediante tal facto, disse ser necessário que o processo voltasse atrás para tudo ser feito como deve, efectivamente, ser feito. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado João Couchinho questionando sobre qual das entidades é que enviou para Tribunal o processo das Águas do Oeste, se Câmara ou aquela empresa. -----  
Referindo-se à empresa Impormol, que passou por uma semana de lay-off, sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara que solicitasse uma reunião com aquela empresa, informando posteriormente a Assembleia Municipal do resultado da mesma.

---- O Sr. Deputado Lúcio Costa interveio para saber em que ponto é que estão a decorrer as negociações com a Águas do Oeste, uma vez que existem duas freguesias do Concelho de Azambuja que não ainda não estão ligadas à rede de esgotos, Vila Nova de S. Pedro e Manique do Intendente. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que o que está em causa são dois terrenos e que são propriedade da Câmara. Ambos derivados de cedências feitas no âmbito de processos de urbanização muito antigos, um dos quais estava registado e o outro não estava registado. Assim, entendeu-se, por bem, que seria mais fácil utilizar a figura de usucapião. Estes terrenos foram objecto de escritura feita entre a Câmara e a Empresa Municipal na sequência da deliberação tomada em Assembleia Municipal. Para o terreno que já estava registado estabeleceu-se imediatamente a escritura, para o outro terreno, que ainda não tinha registo a favor da Câmara, estabeleceu-se um contrato-promessa entre a Câmara e a EMIA, tendo como objectivo a realização da escritura depois de tratados todos os papeis necessários. -  
O Sr. Presidente da Câmara acrescentou que a Assembleia será oportunamente informada através do parecer jurídico. -----

As Águas do Oeste tendo discordado dos valores apurados pela Câmara apresentaram, no último dia do prazo, uma injunção judicial, que a Câmara contestou. No entanto, a coberto de um programa de pagamentos, cujos financiamentos são a dez anos com pagamento de 40% sem juros e 60% com juros bonificados, pediu-se o montante de dois milhões de euros exclusivamente destinados ao pagamento por conta às Águas do Oeste. Quando houver acordo ou a decisão judicial relativa a esta matéria o que aquela empresa tiver de pagar vai automaticamente amortizar este empréstimo. Todavia, foi dado conhecimento às Águas do Oeste que só se avançaria nesta medida quando despoletassem a situação da ETAR de Manique e de Vila Nova de S. Pedro. -----

Relativamente à situação da Impormol, o Sr. Presidente anuiu ao proposto pelo Sr. Deputado João Couchinho. -----

---- O Sr. Deputado Luís Leandro voltou a intervir querendo uma resposta objectiva sobre as deliberações tomadas relativas aos terrenos, sobre quem colocou o processo das Águas do Oeste em tribunal, qual o montante que aquela empresa exige ao Município de Azambuja e qual é a argumentação utilizada para contestar a injunção judicial. -----

---- A Sra. Deputada Conceição Maurício também quis intervir para manifestar o seu contentamento pelo facto do Sr. Presidente da Câmara hoje lhe ter dado razão relativamente às Águas do Oeste. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Manuel Colaço Dias para, a pedido de alguns munícipes de Vila Nova de S. Pedro, apresentar um caso que tem a ver com um senhor, que pensam ser de Aveiras de Cima, que se instalou numa propriedade grande, entre o Coxerre e a Abarrã, onde havia uma estrada publica que atravessava essa propriedade, desde a Ventosa até à Quinta da Santarena. Ora, esse senhor, desde que se instalou, tem-se apoderado dessa estrada e hoje encontra-se fechada com cancelas dos lados vizinhos a sul e norte. O Sr. Deputado perguntou, então, se a Câmara podia fazer alguma coisa sobre esta situação. -----

---- O Sr. Deputado Lavado dos Reis interveio questionando algumas situações como a recolha dos óleos domésticos, instalação de medidores da qualidade do ar, o desperdício de água sempre ocorrem roturas, a necessidade de serem substituídas as lâmpadas dos candeeiros da via pública e a degradação do asfaltamento das estradas em Vale do Brejo. Sobre os acontecimentos verificados na Escola de Azambuja, fez alguns comentários sobre a justiça em Portugal. -----

---- O Sr. Deputado Herculano Valada Martins também quis intervir para saber se já está definido o local para a implantação da ETAR e qual o ponto de situação da limpeza do rio de Manique. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que não deu razão à D. Conceição Maurício. O que aconteceu foi que durante dois anos a Senhora Deputada andou a insistir que nas contas da Câmara deviam aparecer como dívidas a fornecedores as facturas da AdO, quando ele próprio dizia que não podia ser porque a Câmara não aceitava essas facturas. A prova disso é que a AdO teve que pôr uma injunção judicial que foi contestada pela Câmara. Se a Autarquia tivesse aceite essas facturas não teria agora qualquer tipo de força para exigir o cumprimento das obrigações que a AdO tem para com a Câmara. Acrescentou ainda que o contrato está bem feito, o que não houve foi cumprimento do mesmo e, por isso, se abriu uma situação de litígio com aquela empresa. -----

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Manuel Colaço Dias, o Sr. Presidente disse desconhecer o assunto, no entanto, através da Junta de Freguesia, iria inteirar-se do problema. -----

Sobre a recolha dos óleos domésticos disse estar em curso o processo de aquisição dos “oleões”, estando já feito o mapa das colocações. Existe também uma candidatura de parceria com uma empresa e vários municípios da CULT, a fundos comunitários, para montar um sistema de tratamento e reconversão desses óleos. -----

No que diz respeito ao Vale do Brejo, o Sr. Presidente disse estarem já a decorrer as consultas para alindar aquela localidade. A Limpeza do rio de Manique ainda não está prevista. No entanto, as Juntas da Maçussa e de Vila Nova de S. Pedro fizeram a limpeza desse rio, pelo que o Sr. Presidente sugeriu à Junta de Freguesia de Manique o mesmo procedimento, naturalmente com algum apoio da Câmara. -----

O Sr. Presidente disse ainda que a construção da ETAR será na ponta do Vale de Almoester. -----

---- A Senhora Deputada Conceição Maurício interveio novamente para comentar a intervenção do Sr. Presidente da Câmara relativamente às Águas do Oeste. Referiu que as facturas da AdO não estavam contabilizadas, tendo alguém, responsável pela Direcção Financeira da Câmara, dito que não estavam contabilizadas porque não eram boas, ora este termo, segundo a Sra. Deputada, nem sequer é admitido em contabilidade. Ou se aceitam ou não se aceitam, e quando se aceitam contabilizam-se na rubrica facturas em recepção e conferência. A Senhora deputada referiu ainda que só passado um ano de andar a clamar por este procedimento é que apareceu essa rubrica no Relatório e Contas da Câmara, tendo disparado monumentalmente as dívidas a terceiros de curto prazo. -----

Em todo o caso acrescentou que se a Câmara não as aceitou por algum motivo deve ter sido. A Câmara também achava que tinha a haver dinheiro das AdO. Esta confusão foi gerada por um contrato mal feito. -

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para referir o facto do expediente distribuído relativamente a alguns pontos da Ordem do Dia, relacionado com a utilidade pública, ser apenas de duas folhas de proposta, não contendo sequer o mapa do terreno em causa. Assim sendo, o Sr. Deputado sugeriu colocar à consideração do Sr. Presidente da Mesa que os documentos, logo após serem aprovados em Câmara, sejam disponibilizados através da Internet aos membros desta Assembleia. -----

---- Esgotada a discussão deste período antes da ordem do dia, o Sr. Presidente informou de estar à disposição dos Senhores Deputados Municipais a correspondência para consulta e de que iria colocar à votação três actas, as do dia 10 e 29 de Setembro e a de 12 de Dezembro de 2008. -----

Colocada à votação a acta do dia 10 de Setembro de 2008, foi a mesma aprovada por maioria com 24 votos a favor e 2 abstenções. O Sr. Deputado Luís Leandro apresentou uma declaração de voto que a seguir se transcreve: -----

*“Declaração de Voto -----*

*Declaro ter votado favoravelmente a acta referente ao dia 10 de Setembro por entender que nela está espelhado o que se passou na reunião, ressalvando porém, que subsistem todas as dúvidas sobre a legalidade dos pontos colocados à votação que contemplam propriedade que, ao tempo, não estava em posse do Município. -----*

*O Membro da Assembleia Municipal -----*

*Luís Leandro” -----*

Colocada à votação a acta do dia 29 de Setembro, foi a mesma aprovada por maioria com 24 votos a favor e 2 abstenções. -----

Colocada à votação a acta do dia 12 de Dezembro, foi a mesma aprovada por maioria com 24 votos e duas abstenções. -----

Concluídas as votações das actas e antes de entrar na Ordem do Dia, o Sr. Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos para um pequeno intervalo de cerca de 5 minutos. -----

#### ORDEM DO DIA

##### **PONTO 1** – Informação do Presidente da Câmara acerca da Actividade Municipal

--- Interveio o Sr. Deputado Lavado dos Reis para questionar alguns assuntos referidos neste documento. Referiu a necessidade de implantar mais lombas redutoras de velocidade, principalmente em Vale do Brejo, de substituir lâmpadas dos candeeiros na via publica e de reforçar a rede de água em Vale de Tábuas. Sobre a segurança pública e dada a onda de assaltos que se tem verificado, disse ser necessário a intervenção da Câmara junto do Ministro da Administração Interna no sentido de reforçar as forças policiais com mais efectivos. -----

--- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que está previsto serem colocadas mais lombas mas, no caso das Comeiras, a população não quer lombas, pelo que será colocado um sistema eléctrico de controle de velocidade e, relativamente às lâmpadas, disse que a situação será comunicada à EDP. Quanto ao reforço de água em Vale de Tábuas informou de ter sido aberto um concurso, estando as propostas a serem analisadas. O reforço das forças policiais tem sido um tema pelo qual a Câmara se tem debatido sempre que há reuniões com as estruturas da GNR. -----

--- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado e passou ao ponto seguinte. -----

##### **PONTO 2** – Nomeação de Elemento para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM do Concelho de Azambuja

--- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para informar de que iria submeter à votação um Requerimento do PS, acabado de chegar à mesa, para a continuação dos trabalhos até serem discutidos todos os assuntos da Ordem do Dia. Concluída a votação o requerimento foi aprovado por maioria com 24 votos a favor e 3 votos contra. -----

Seguidamente, pediu aos Grupos para indicarem os elementos para a Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM do Concelho de Azambuja. -----

--- Pelo Grupo do PS foi indicado o Sr. Presidente da Assembleia, António Pratas Cardoso. -----

--- Pelo Grupo da CDU foi indicado o Sr. Herculano Valada Martins. -----

--- Pelo Grupo do PSD foi indicado o Sr. Manuel Colaço Dias. -----

--- Realizada a votação por voto secreto e nominal apurou-se o seguinte resultado: -----

Votantes: 27 -----

António Pratas Cardoso: 17 -----

Herculano Valada Martins: 5 -----

Manuel Colaço Dias: 5 -----

Foi eleito o Sr. António Pratas Cardoso. -----

##### **PONTO 3** – Proposta nº 103/P/2008 – Declaração de Interesse Público Municipal de Construção de Via entre Vila Nova da Rainha e Casais de Baixo

--- O Sr. Presidente da Câmara tomou a palavra para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. -----

--- O Sr. Presidente da Assembleia interveio para, antes de dar início à discussão deste ponto, dar conhecimento da chegada à mesa de um requerimento do Sr. Deputado Luis Leandro, tendo-o lido em voz alta, e o qual a seguir se transcreve: -----

---“*Requerimento* -----

*Em face da insuficiente informação distribuída, que se resume apenas ao conteúdo específico das propostas, sem quaisquer elementos suplementares, nomeadamente mapas de localização, sequer, requeiro a suspensão da discussão e deliberação sobre os pontos 3., 4. e 5. da Ordem do dia desta reunião da Assembleia Municipal de 19 de Fevereiro de 2009. -----*

O Requerente -----  
Luís Manuel Leandro da Silva” -----

---- O Sr. Presidente colocou de imediato o requerimento à votação, tendo o mesmo sido rejeitado com 17 votos contra do PS, 5 votos a favor da CDU e 5 votos a favor do PSD. -----

Posto isto, passou-se à discussão deste ponto. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro querendo saber onde está o interesse público desta matéria. Se é sobre da construção da estrada ou se é viabilizar armazéns em sítios onde não são viabilizáveis. ----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer que na proposta está descrito onde se aplica o interesse público, tendo passado a ler em voz essa a parte do texto, que se transcreve: “ .... *Delibero propor à Assembleia Municipal a declaração de interesse público da construção da via referenciada, na Quinta do Visconde, parte do artigo 10, Secção H, da freguesia de Vila Nova da Rainha.*” -----

---- O Sr. Deputado João Couchinho também quis intervir para dizer que nestes últimos anos a Câmara, no seu entender, tem abusado da questão dos interesses públicos, uma vez que esta situação desvirtua, de certo modo, o PDM. -----

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para dizer que a Câmara tem usado esta figura do interesse público em situações em que o PDM é que desvirtua a realidade. Um PDM que classifica em espaço florestal onde não há qualquer coberto florestal, e fica encravado entre zonas industriais, não tem qualquer espécie de sentido. O Sr. Presidente disse também que se tem vindo a exigir, à medida em que vão sendo aprovados os loteamentos, a construção desses troços de estrada. Neste caso não, na medida em que a estrada só pode passar naquela área que é confinante com estes terrenos. -----

---- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a proposta nº 103/P/2008, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 4 votos contra do PSD, 5 votos contra da CDU e 1 abstenção do PSD. -----

---- A Sra. Deputada Conceição Maurício interveio para fazer verbalmente a seguinte declaração de voto: “*Declaração de Voto* -----

*Eu queria dizer que me abstive na votação deste ponto, uma vez que, realmente, acho que faltam elementos neste processo para se poder decidir em consciência, embora o processo estivesse ao dispor para consulta dos Senhores Deputados, nem toda a gente tem disponibilidade para o fazer. Eu própria ainda tive algum tempo para passar a vista por este processo, mas aquilo que me foi dado ver não foi suficientemente esclarecedor para eu poder votar este assunto em consciência, daí a razão da minha abstenção.*” -----

---- O Sr. Deputado Luís Leandro interveio também para apresentar a seguinte Declaração de Voto: -----

---- “*Declaração de Voto* -----

*Em virtude de não estarem fornecidos os elementos na documentação distribuída, para além de todas as dúvidas sobre se há benefício público, ou privado exclusivamente, voto contra a proposta apresentada no ponto 3. da Ordem do Dia.* -----

*Azambuja, 19 de Fevereiro de 2009* -----

*O Membro da Assembleia Municipal* -----

*Luís Manuel Leandro da Silva* -----

**PONTO 4** – Proposta nº 104/P/2008 – Declaração de Interesse Público Municipal de Projecto de Regularização da Ribeira de Aveiras

---- O Sr. Presidente da Câmara fez uma breve apresentação da matéria constante deste ponto. -----

---- Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 104/P/2008 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 5 votos a favor da CDU, 3 votos a favor do PSD e 2 votos contra do PSD. -----

---- A Sra. Deputada Conceição Maurício interveio para dizer que votou a favor esta proposta, apesar de ter votado a favor o requerimento para a retirada deste ponto, por continuar a achar, por princípio, que devem acompanhar estas propostas os elementos necessários para o devido estudo do problema. No entanto, pessoalmente, em sede da Comissão Permanente teve oportunidade de ser esclarecida sobre esta proposta em concreto, razão pela qual votou agora a favor. -----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para apresentar duas Declarações de Voto. Uma referente a este ponto e outra referente ao ponto seguinte, que se transcrevem: -----

--“Declaração de Voto -----

*Declaro ter votado contra o conteúdo da proposta do ponto 4., por insuficiência de documentação para me poder pronunciar sobre ela. -----*

*Azambuja, 19 de Fevereiro de 2009 -----*

*O Membro da Assembleia Municipal -----*

*Luís Manuel Leandro Da Silva” -----*

---- “Declaração de Voto -----

*Declaro ter votado contra o conteúdo da proposta do ponto 5., por insuficiência de documentação para me poder pronunciar sobre ela. -----*

*Azambuja, 19 de Fevereiro de 2009 -----*

*O Membro da Assembleia Municipal -----*

*Luís Manuel Leandro da Silva” -----*

**PONTO 5 – Proposta nº 105/P/2008 – Declaração de Interesse Público Municipal de Projecto de Construção de Lar e Centro de Dia e Edifícios de Apoio**

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para fazer a apresentação do assunto inerente a este ponto. ----

---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para dizer que há uma porta no PDM para situações de excepção, no entanto o que se tem verificado é que se tem transformado a excepção em regra. Assim, referiu ser necessário fazer a revisão do PDM e estabelecer regras claras. -----

---- A Sra. Deputada Conceição Maurício interveio para apresentar verbalmente a seguinte declaração de voto: -----

---- “Declaração de Voto -----

*Votei favoravelmente o requerimento para retirar este ponto por achar que devia vir devidamente fundamentado. No entanto, dada a característica do tipo de construção que se pretende fazer neste espaço, e estando eu, particularmente, ligada a este tipo de infraestruturas e sabendo que este Concelho carece bastante delas, relevo pessoalmente essa falha e vou votar favoravelmente. -----*

---- Pediu a palavra ao Sr. Deputado Luís Lavado dos Reis para dizer que ultimamente se andam a votar demasiadas propostas de interesse público municipal. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para dizer que a regra do plano director municipal é que tem feito rejeitar centenas de iniciativas que têm a ver com determinado tipo de ocupação do uso, sendo essa mesma regra que tem feito com que sejam aprovadas centenas de outras iniciativas relativas a instalações de infraestruturas do nosso Concelho. Ao longo destes oito anos, o Sr. Presidente esclareceu que foram talvez, no máximo, declaradas de interesse publico umas dez situações. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado Manuel Colaço Dias para dizer que também irá votar favoravelmente esta proposta, embora lamente que a Câmara não tome a iniciativa de mandar fazer uma instituição destas no Alto Concelho. Disse ainda ter um terreno entre a Maçussa e Vila Nova de S. Pedro, com cerca de 1 hectare, que negoceia, sendo apenas necessário mandar vir o investidor. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara pediu a palavra para responder ao Sr. Deputado Municipal que são os investidores quem escolhe os sítios onde pretendem fixar-se. -----

Ainda sobre o plano director municipal, o Sr. Presidente disse que dos 308 municípios portugueses ainda nenhum conseguiu rever os PDM de 95/96, pelo que o mal não é da Câmara de Azambuja mas sim do tropeço destes processos face ao fundamentalismo que se apoderou dos Órgãos do Estado. -----

Relativamente à reserva ecológica nacional, o Sr. Presidente esclareceu que sempre achou que Azambuja não estava sujeita à REN, todavia, enquanto não obteve o parecer jurídico sobre esta matéria, devidamente fundamentado e com a cobertura da CCDR, não o disse. -----

Acrescentou que a revisão do PDM é crucial para o Concelho, tendo já sido constituída a comissão de acompanhamento e está já em final a actualização dos diagnósticos, tendo também sido feitos os factores críticos de decisão. O Sr. Presidente frisou no entanto que a revisão do PDM só avançará depois da publicação do PROT e que, ainda assim, não irá deixar o Concelho parado porque o PDM de 95 está desajustado à realidade de 2009. -----



---- Interveio o Sr. Deputado Luís Leandro para dizer que foi o Sr. Presidente da Câmara que prometeu e que reafirmou diversas vezes que iria rever o PDM e, assim sendo, o cumprimento dessa promessa seria da sua responsabilidade. No caso do não cumprimento cabia-lhe a ele, Luís Leandro, bem como a outros cidadãos, denunciar o incumprimento das promessas. Depois, referiu que o próprio Presidente da Comissão Coordenadora da Região de Lisboa e do Vale do Tejo já havia afirmado, há muito tempo atrás, que se os Concelhos não estavam a fazer a revisão dos seus PDM's era porque não queriam, uma vez que não estavam condicionados pela questão de uma implementação de ordenamento do território, de que já tinham conhecimento, e que podiam avançar em simultâneo, donde existe uma paralisia que, se calhar, pode ser propositada ou não. Disse ainda que, em função do que o Sr. Presidente da Câmara tem feito, recorrendo a instrumentos acessórios às tais portas que se transformam em portões, pode inferir que também não há grande vontade de aprovar as regras gerais. Por ultimo, referiu que o Sr. Presidente tinha acabado de assumir que sabia que não havia a reserva ecológica mas, mesmo assim, tinha emitido um comunicado à população desmentindo quem dizia que não havia reserva ecológica. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio novamente para dizer que em todo o processo do PDM sempre foi entendido que havia reserva ecológica e que em determinada altura levantou a questão de não ter sido publicada a carta anexa à reserva ecológica, num aspecto jurídico pontual, sendo que os pareceres jurídicos foram sempre de que havia essa reserva. Foi necessário recorrer a uma professora de direito da Universidade de Coimbra, Prof<sup>a</sup> Fernanda Paula Oliveira, a quem foi posta a questão tendo ela emitido um parecer, cuja conclusão era de que não havia reserva ecológica. A Câmara fez chegar esse parecer à CCDR, a qual, em função do mesmo, decidiu que de facto não havia reserva ecológica nacional, tendo de imediato publicado a carta. -----

---- Terminada a discussão desta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia interveio para colocar à votação a proposta nº 105/P/2008, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com 17 votos a favor do PS, 4 votos a favor do PSD, 5 votos contra da CDU e 1 voto contra do PSD. -----

**PONTO 6 – Proposta nº 07/P/2009 – Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação e das Taxas e Compensações – Projecto de Alteração**

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer uma breve apresentação do conteúdo desta proposta. -----

---- Pediu a palavra o Sr. Deputado Luís Leandro para dizer que uma vez mais este tipo de documentos voltam a chegar à Assembleia sem ter havido informação prévia aos Deputados em geral e às comissões respectivas. Quis também saber qual o critério utilizado para se chegar aos valores destas taxas. -----

---- O Sr. Presidente da Câmara interveio para esclarecer que as taxas são as vigentes já do anterior regulamento com algumas adaptações meramente pontuais. A legislação determina que até ao fim do corrente ano de 2009 tem de ser feito o estudo dos custos inerentes às taxas praticadas. A única alteração mais significativa que houve foi no caso específico dos depósitos de gás porque, por lapso no anterior regulamento, o licenciamento desses depósitos era equiparável ao licenciamento das bombas de combustível, o que era ridículo e, nesse sentido, criaram-se duas taxas diferenciadas. Uma para as bombas de combustível e outra para os depósitos de gás. -----

---- Seguidamente interveio o Sr. Deputado António José Rodrigues para dizer que não tinha tido condições de aquilatar e aferir de razoabilidade as alterações introduzidas neste documento, uma vez que a metodologia facultada lhe gastou o tempo todo na análise nos dos primeiros artigos. -----

Deu como exemplo do Cartaxo, cujo documento foi publicado em Julho 2008, sendo a primeira é destinada às alterações, tornando a análise mais facilitada para quem se interessa por estes assuntos e não tem muito tempo para verificar o documento de fio a pavo. Ainda assim, disse pretender colocar algumas reservas em relação ao confronto do que consta no regulamento e o que consta na lei geral e, também, com algumas situações que lhe parecem menos bem cuidadas. Deu como exemplos questões mencionadas nos artigos segundo, sexto, sétimo e dezoito do documento em análise. -----

----O Senhor Presidente da Câmara interveio para prestar os devidos esclarecimentos. -----

---- Não havendo mais intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 07/P/2009 à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria com 16 votos a favor do PS, 5 votos contra da CDU, 5 votos contra do PSD e 1 abstenção do PS. -----

**PONTO 7** – Proposta nº 1/VP.LS/2009 – Atribuição de Apoio Financeiro (Isenção de Pagamento e Ramal de Água) à Fábrica da Igreja Paroquial de Azambuja

---- Interveio o Sr. Presidente da Câmara para fazer a apresentação da matéria constante deste ponto. Não havendo intervenções, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a proposta nº 1/VP-LS/2009 à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade. -----

**APROVAÇÃO DA MINUTA**

---- 1º Secretário da Mesa passou à leitura, em voz alta, da minuta da acta da presente reunião, findo o que a colocou à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----Esta acta foi aprovada por minuta no final da reunião, por a Assembleia Municipal o ter deliberado, nos termos do nº 3, do artº 92º, da Lei nº 169/99 de 18 de Setembro, com a nova redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

**ENCERRAMENTO**

----Era uma hora e vinte e cinco minutos do dia vinte de Fevereiro de dois mil e nove, quando o Sr. Presidente da Mesa, fazendo uma breve alusão aos tempos utilizados, deu por encerrada a reunião. -----

---- Para constar se lavrou a presente acta em minuta, a qual depois de distribuída por todos os membros, foi assinada pela Mesa. -----